

Vestígios de uma educação popular: análise filológica e social de um mapa de alunos de Cachoeira de 1847

Traces of a popular education: philological and social analysis of a student roster from Cachoeira, 1847

Vestigios de una educación popular: análisis filológico y social de un registro de alumnos de Cachoeira de 1847

Erick Nunes Santos

<https://orcid.org/0009-0009-5968-6960>

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Eliana Correia Brandão Gonçalves

<https://orcid.org/0000-0003-1064-5382>

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Resumo

Neste artigo faremos a análise filológica de um Mapa de aluno de 1847, produzido por Padre Manoel Joaquim d'Azevedo, professor de primeiras letras da cidade de Cachoeira (BA), no século XIX. A partir da materialidade e do conteúdo dos manuscritos, buscou-se compreender as práticas de escrita e leitura escolar, os traços linguísticos e sociais registrados no documento, bem como indícios do funcionamento da educação oitocentista, evidenciando sujeitos históricos e suas condições de acesso ao ensino. A pesquisa se ancora nos pressupostos teóricos e metodológicos da Filologia (CAMBRAIA, 2005; GONÇALVES, 2020; 2025; GUMBRECHT, 2021; SPINA, 1994; TOLEDO NETO, 2020), da Paleografia Crítica (PETRUCCI, 2002) e da História Social da Cultura Escrita (CASTILLO GÓMEZ, 2003; GALVÃO, 2010). Nesse artigo, aborda-se a perspectiva da Filologia como geradora de desejos de presença, dialogando com os aspectos paleográficos, em relação ao suporte, à materialidade e à edição semidiplomática do manuscrito; sendo conduzida por abordagem qualitativa e quantitativa, com base na análise documental e histórica. Os resultados da análise do Mapa revelam que um número expressivo de estudantes era composto por crianças pardas e negras, oriundas de famílias com baixo poder aquisitivo. O Mapa registra ainda informações sobre vacinação, possibilitando traçar um perfil sanitário e social dos discentes. A permanência desses alunos na escola, em meio às adversidades mencionadas nos manuscritos, revela a educação como possibilidade de prática de resistência no período. Este trabalho ressalta, portanto, a relevância do documento na salvaguarda de dados que testemunham práticas sociais invisibilizadas ao longo da história.

Palavras-chave: Filologia, Educação, Pretos e pardos.

Abstract

This article presents a philological analysis of an 1847 student register, produced by Father Manoel Joaquim d'Azevedo, a primary school teacher in the city of Cachoeira (Bahia), in the 19th century. Based on the materiality and content of the manuscripts, we sought to understand the school's writing and reading practices, the linguistic and social traits recorded in the document, as well as evidence of how 19th-century education functioned, highlighting historical subjects and their conditions of access to schooling. The research is anchored in the theoretical and methodological principles of Philology (CAMBRAIA, 2005; GONÇALVES, 2020; 2025; GUMBRECHT, 2021; SPINA, 1994; TOLEDO NETO, 2020), Critical Paleography (PETRUCCI, 2002), and the Social History of Written Culture (CASTILLO GÓMEZ, 2003; GALVÃO, 2010). In this article, we address the perspective of Philology as a generator of "desires for presence," dialoguing with paleographic aspects regarding the support, materiality, and semi-diplomatic edition of the manuscript; it is conducted through a qualitative and quantitative approach based on documentary and historical analysis. The results of the register's analysis reveal that a significant number of students were brown (*pardo*) and black children from low-income families. The roster also records information on vaccination, making it possible to trace a sanitary and social profile of the students. The persistence of these students in school, amidst the adversities mentioned in the manuscripts, reveals education as a possible practice of resistance during the period. This work, therefore, underscores the document's relevance in safeguarding data that bear witness to social practices made invisible throughout history.

Keywords: Philology, Education, Black and Brown People.

Resumen

En este artículo realizamos el análisis filológico de un registro de alumnos de 1847, elaborado por el Padre Manoel Joaquim d'Azevedo, profesor de primeras letras de la ciudad de Cachoeira (Bahia), en el siglo XIX. A partir de la materialidad y del contenido de los manuscritos, se buscó comprender las prácticas de escritura y lectura escolar, los rasgos lingüísticos y sociales registrados en el documento, así como indicios del funcionamiento de la educación decimonónica, evidenciando sujetos históricos y sus condiciones de acceso a la enseñanza. La investigación se ancla en los postulados teóricos y metodológicos de la Filología (CAMBRAIA, 2005; GONÇALVES, 2020; 2025; GUMBRECHT, 2021; SPINA, 1994; TOLEDO NETO, 2020), de la Paleografía Crítica (PETRUCCI, 2002) y de la Historia Social de la Cultura Escrita (CASTILLO GÓMEZ, 2003; GALVÃO, 2010). En este artículo, se aborda la perspectiva de la Filología como generadora de "deseos de presencia", dialogando con los aspectos paleográficos en relación al soporte, la materialidad y la edición semidiplomática del manuscrito; siendo conducida por un enfoque cualitativo y cuantitativo, con base en el análisis documental e histórico. Los resultados del análisis del registro revelan que un número expresivo de estudiantes estaba compuesto por niños mestizos (*pardos*) y negros, provenientes de familias con bajo poder adquisitivo. El registro también contiene información sobre vacunación, posibilitando trazar un perfil sanitario y social de los discentes. La permanencia de estos alumnos en la escuela, en medio de las adversidades mencionadas en los manuscritos, revela la educación como una posible práctica de resistencia en el período. Este trabajo resalta, por lo tanto, la relevancia del documento en la salvaguarda de datos que testimonian prácticas sociales invisibilizadas a lo largo de la historia.

Palabras clave: Filología, Educación, Negros y Mestizos.

1. Considerações iniciais

Neste trabalho é analisado o Mapa de alunos do ano de 1847, da aula pública de primeiras letras de Ensino Mútuo do Padre Manoel Joaquim d'Azevedo, que lecionava na

cidade de Cachoeira, Bahia, evidenciando alguns aspectos socioculturais inerentes ao período. As informações encontradas nesses mapas são de grande valia para que se possa entender o contexto educacional da época, sendo possível também ter uma noção do desenvolvimento do processo de aquisição da escrita e da leitura de alguns alunos, culminando na difusão e penetração de escritos nessa comunidade. Logo, é uma ação de olhar para o passado para compreender o presente que só é possível de acontecer graças às práticas filológicas aplicadas à interpretação das fontes.

O corpus foi analisado a partir da perspectiva filológica, a fim de interpretar e descrever as informações referentes àqueles que tinham acesso à educação na cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia. Para tanto, toma-se como base a documentação manuscrita referente ao Mapa de Alunos de 1847, apresentando informações que permitem ao pesquisador enxergar o que não está na superfície documental e traçar e inferir caminhos que levem à compreensão de quem era a população atendida, o perfil socioeconômico dos estudantes e familiares, a etapa educacional em que se encontravam, entre outros aspectos que serão explicitados mais adiante. Nos domínios da Filologia, pode-se classificar tal pesquisador como um filólogo-híbrido, tal como concebido por Gonçalves (2017), uma vez que o filólogo “apresenta e negocia uma práxis mediada pela edição e pela leitura interpretativa, crítica e histórica dos textos, por conta da sua prática identitária nômade [...]” (GONÇALVES, 2017, p. 201).

Este artigo é fruto de um estudo com base em *corpora*, de abordagem qualitativa e quantitativa. O percurso metodológico incluiu: a seleção do documento; a edição semidiplomática; e, por fim, a leitura histórico-social das informações registradas, articulando-as ao contexto educacional da época. Ao percorrer esse caminho e identificar as nuances histórico-sociais intrínsecas ao manuscrito, produz-se, assim, um efeito de tangibilidade a partir das práticas filológicas, cumprindo o conceito de desejo presença apresentado por Gumbrecht (2021):

[...] todas as práticas filológicas geram desejos de presença, desejos de relacionamento física mediado pelo espaço com as coisas do mundo (incluindo textos), e que esse desejo de presença é o fundamento sobre o qual a filologia pode produzir efeitos de tangibilidade (às vezes, até de realidade).
 [...] Historicizar significa transformar objetos do passado em objetos sagrados, isto é, em objetos que estabelecem, simultaneamente, uma distância e um desejo de tocá-los. (GUMBRECHT, 2021, p. 30-31)

Para além disso, a fim de exemplificar o trabalho filológico voltado para a análise textual, foram identificados alguns elementos que comprovam fatores de variação linguística em determinados aspectos do sistema linguístico, em comparação ao sistema vigente no século XIX, período de produção do manuscrito, e o sistema linguístico atual.

A pesquisa tem caráter interdisciplinar, dialogando com a Paleografia crítica, conforme a concepção de Petrucci (2002), que permite ir além da mera decifração do manuscrito, levando a questionar a função social do documento, as competências gráficas do escrevente e a própria materialidade do suporte como produtores de sentido. Existe também um diálogo com o campo da Filologia (CAMBRAIA, 2005; GONÇALVES, 2020; 2025; GUMBRECHT, 2021; SPINA, 1994; TOLEDO NETO, 2020), que através do rigor filológico, garante a fidedignidade do texto e abre caminho para sua interpretação histórica, possíveis edições e análises.

A perspectiva adotada neste estudo é fundamentada nas reflexões de Spina (1994), para quem a Filologia não se restringe à fixação textual, mas compreende um conjunto de procedimentos voltados à restituição, interpretação e contextualização histórica dos testemunhos escritos. Nessa concepção, o texto é entendido como documento linguístico e cultural, cuja análise possibilita o acesso a aspectos da sociedade que o produziu.

Ademais, a História Social da Cultura Escrita (CASTILLO GÓMEZ, 2003; GALVÃO, 2010) fornece ferramentas para contextualizar as práticas de leitura e de escrita inerentes ao documento e entendendo esses processos como produtos culturais, além de promover voz e ouvidos à populações silenciadas e marginalizadas, tornando-as protagonistas dos processos históricos e não coadjuvantes triviais, sob a perspectiva de uma história vista de baixo (SHARPE, 1992) no que se refere à análise e à edição do documento e ao perfil social dos alunos.

2. O Mapa de Alunos em perspectiva: contextualizando o Método e a Prática Docente

Antes de se debruçar sobre os mapas de alunos, é necessário compreender a abordagem pedagógica à qual essa espécie documental está atrelada, o Ensino Mútuo. No século XIX, houve a preocupação de se estender a escola a vários recantos do território brasileiro. Isso foi estabelecido pelo Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de escolas públicas de primeiras letras, em todas as cidades, vilas e

lugares mais populosos. Ainda referente às medidas propostas no referido Decreto, este visava à implementação do *Monitorial system* ou *méthode mutuelle*, nome adotado na França (STEPHANOU; BASTOS, 2005), intitulado no Brasil como Método Lancasteriano / Lencasteriano, ou Método de Ensino Mútuo. Na Lei de 15 de outubro de 1827, mencionada acima, estavam estabelecidas instruções que abarcavam desde aspectos estruturais, pedagógicos e até mesmo castigos físicos.

Basicamente, de acordo com o Manual das Escolas Elementares d'Ensino Mútuo (SARAZIN, 1856), o método consistia em concentrar entre cem e trezentas crianças em um mesmo espaço físico, divididos em grupos, chamados de decúrias. Os diferentes níveis de determinada disciplina eram lecionados ao mesmo tempo, por isso o nome método mútuo. Aqueles estudantes que se sobressaíam eram promovidos a monitores e ministravam as aulas aos seus colegas. O papel do professor era restrito a dar instruções aos monitores e ser o “maestro” desse método tão minucioso e cheio de detalhes; o ato de ministrar os conteúdos cabia aos monitores. O professor não tinha contato direto com os demais discípulos, sendo esse fator uma das críticas ao método aqui no Brasil na época (SANTOS, 2019).

2.1. O Corpus documental: contextualização e materialidade do suporte

O corpus manuscrito avaliado é custodiado no Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB, considerada a segunda¹ maior e mais importante instituição arquivística pública do país. É necessário ressaltar a importância desse edifício como um espaço de memória, seja por salvaguardar histórias de tempos pretéritos tanto do Brasil, quanto de Portugal, seja pela sua localização ao Solar da Quinta do Tanque², local de grande valor histórico, em Salvador, uma vez que já foi a habitação de Jesuítas, sendo um deles o ilustre Padre Antônio Vieira, no século XVII.

É necessário compreender a funcionalidade da espécie documental Mapa de alunos no passado, que é totalmente diferente da forma que se concebe atualmente no âmbito educacional. Hoje, em geral, entende-se como mapa de alunos ou mapa de frequência da educação básica, como uma lista de presença simples, com o nome dos estudantes registrados, ou uma lista com as notas de desempenho acadêmico escolar de estudantes de uma determinada turma. Entretanto, no contexto oitocentista, de acordo com Vidal (2012),

¹ Fonte: <https://www.ba.gov.br/comunicacao/2024/01/noticias/arquivo-publico-do-estado-da-bahia-segunda-maior-instituicao-arquivistica-do-brasil-celebra-134-anos>. Acesso em: 15 fev. 2026

² Fonte: <https://hpi.org/pt/heritage/details/1177>. Acesso em: 15 fev. 2026

os "Mapas de Alunos" eram documentos administrativos e pedagógicos utilizados como dispositivos de governo para obter dados e parte de uma prática de escrita escolar. Atualmente, esses documentos são reconhecidos como fontes imprescindíveis para a compreensão de realidades do passado. Nesse sentido, no campo da História Social da Cultura Escrita, pesquisas sobre a escolarização têm recorrido a diferentes tipos de fontes documentais, entre elas os mapas de matrícula para identificar o perfil dos estudantes no século XIX:

[...] analisar o ensino de primeiras letras, leitura, da escrita e de Português, os métodos e materiais destinados a esse ensino ao longo da história [...] Recorrendo a vários tipos de fontes - como mapas de matrículas, relatório de inspetores, programas de ensino, livros, cadernos e outras fontes até então pouco exploradas, além de (re)visitar a legislação -, os pesquisadores têm reconstruído, pelo menos em escala provincial/estadual, alguns dados sobre escolarização. Esses estudos têm evidenciado, por exemplo, que do público que frequentava as aulas de primeiras letras no século XIX era formado também por alunos pobres, pretos e pardos. (GALVÃO, 2010, p. 229)

Esses mapas serviam para controle do trabalho docente, da frequência e viabilidade escolar, bem como a produção de conhecimento sobre a escolarização. Em essência, os mapas de alunos eram ferramentas burocráticas que permitiam ao Estado e às autoridades educacionais monitorar e gerenciar o sistema de ensino, ao mesmo tempo em que serviam como um registro da presença e do desempenho dos estudantes, e da atuação dos professores.

Segundo o paleógrafo italiano Armando Petrucci, ao se pensar no âmbito da História Social da Cultura Escrita, é necessário:

[...] pôr em relevo e converter em objeto de estudo as relações que se estabelecem, em diversas situações históricas, entre os sistemas de escrita, as formas gráficas e os processos de produção dos testemunhos escritos, por um lado, e as estruturas socioeconômicas das sociedades que elaboram, utilizam e manipulam estes produtos, por outro. (PETRUCCI, 1989, p. 47)

Considerando o exposto, Petrucci (2002) afirma que, ao se analisar um testemunho escrito, há seis questionamentos os quais devem ser respondidos: o que, quando, onde, como – quais técnicas foram utilizadas para produção; quem produziu e com qual finalidade. Isto posto, o testemunho escrito analisado consiste em um mapa manuscrito de alunos que frequentavam as aulas de Primeiras letras de Ensino Mútuo do Pe. Manoel Joaquim d'Azevedo. O documento foi produzido no ano de 1847, na cidade de Cachoeira, Bahia, e redigido com tinta ferrogálica. Sua elaboração atendia a uma exigência legal segundo a qual os professores deveriam informar ao presidente da província os estudantes que frequentavam

suas aulas durante o ano. Para isso, eram registradas informações como filiação, idade, localidade de residência, conduta e observações pedagógicas.

No que concerne à materialidade, o mapa não está em boas condições, apresentando desafios ao manuseio. Alguns fólios apresentam perdas de fragmentos, por deterioração do suporte pela ação da pena metálica, instrumento de escrita comum no período, cuja ponta rasgava as fibras do papel, associado à ação química da tinta ferrogálica, de natureza ácida ao longo do tempo; pelo mapa se tratar de um quadro com linhas desenhadas, por conta da erosão, algumas partes desencaixaram do suporte, tornando o documento como uma espécie de quebra-cabeças, sendo certas peças difíceis de reencaixar por não encontrar traços do referencial. Porém a análise macro continua viável e o manuscrito permanece sendo uma fonte rica em detalhes.

2.2. O papel do filólogo na interpretação do manuscrito

Conforme mencionado anteriormente, de acordo com a abordagem da paleografia crítica (Petrucchi, 2002), faz-se necessário conhecer os sujeitos que compõem o contexto de produção e circulação do manuscrito investigado. Sendo assim, torna-se notória a figura do Padre Manoel Joaquim d’Azevedo. Descrito em documentações ora como Presbítero secular, ora como padre; será adotado aqui, então, o título conforme o próprio Manoel assinava os documentos, como padre. As fontes revelam que ele foi lente nacional público de primeiras letras, o equivalente ao segmento do Ensino Fundamental Anos Iniciais (EFAI), atualmente, sendo um dos principais professores da época, no tocante à aplicação do Método de Ensino Mútuo na Bahia. Ministrava suas aulas na cidade de Cachoeira, nos salões do Convento do Carmo, desde 13 de julho de 1829³.

O filólogo precisa ter a habilidade de identificar, para além do texto e suas especificidades físicas, as informações pertinentes para a condução do desenvolvimento de seu objeto de pesquisa. Sendo assim, os dados que reforçam o prestígio do padre como referência na localidade foram obtidos através de fontes, que em um primeiro olhar, podem não parecer referentes ao campo educacional. No Maço documental de número 1269, da seção colonial do Arquivo Público do Estado da Bahia, cuja nomenclatura é “Correspondência recebida da câmara de Cachoeira”, ao fazer a garimpagem preliminar, a fim de selecionar manuscritos pertinentes ao tema, foram encontrados alguns manuscritos

³ Fonte: APEB - Maço 1269 – Correspondência recebida da câmara de Cachoeira - Seção Colonial - 1830.

com menção ao Padre. A partir da interpretação do texto, notou-se que em algumas cartas direcionadas aos vereadores da cidade, no ano de 1830, escritas por indivíduos de diferentes instâncias daquela sociedade, como o Prior do Convento do Carmo, por exemplo, apelava-se em favor do Padre, a fim de atestar o seu trabalho produtivo na tentativa de convencer o Estado a pagar os proventos de direito do professor.

Para sustentar a argumentação, os suplicantes precisavam descrever a atuação do professor, gerando assim evidências que configuram, atualmente, para pesquisadores, informações preciosas. No manuscrito, ficou constatado pelos vereadores da cidade, que no ano de 1830, a quantidade de estudantes atendidos era de cento e cinquenta e um discípulos, que parte dos utensílios mobiliários necessários para a execução do método do Ensino Mútuo foram custeados pelo professor e que alguns materiais pedagógicos estavam em estado precário. Parte do salão utilizado para as aulas estava danificado em decorrência da Guerra que, pelo contexto, entende-se que tenha sido a Guerra de Independência do Brasil na Bahia, que ocorreu entre 1822 e 1823. Ou seja, o documento revela a realidade da prestação do serviço educacional naquela localidade, da dificuldade do professor em receber incentivos financeiros, tendo que enfrentar um processo burocrático para conseguir seu direito, além de fazer referência a acontecimento relevante, deixando de ser uma simples correspondência e se tornando uma evidência histórica, conforme o excerto a seguir:

[...] a dita Aula allocada em hum grande Sallão, no Convento do Carmo desta Villa [...] sendo publico que o dito *Supplicante* agenciou os ditos Sallaons, [...] estando estes bastantimente danificados, pelo estrago de Tropas em o tempo da Guerra, e os concertou a sua custa, fasendo numeroza dispeza.

[...] com os utensílios necessários feitos a sua custa, alem de inmensos Cartoens, sofrivelmente tingidos de Imprença pelo dito *Supplicante* [...]

Maço 1269 – Correspondência recebida da câmara de Cachoeira - Seção Colonial – 1830.

Ainda tratando das informações presentes na “Correspondência recebida da câmara de Cachoeira” do Maço 1269 do APEB, a transcrição do manuscrito apresentado acima, assegura a existência, a práxis-pedagógica, conduta e atuação do Padre Manoel enquanto sujeito. Para além disso, os dados revelam a realidade e padrões linguísticos inerentes à época e localidade em que o testemunho fora produzido, revelando quão íntima é a relação entre a Filologia e a Linguística Histórica, uma vez que “para a investigação em perspectiva diacrónica, é absolutamente necessária uma consistente infraestrutura filológica e uma sólida

preparação por parte do investigador que lhe permita uma interpretação dos textos escritos” (MAIA, 2012, p. 537).

À luz dessa compreensão, Spina (1994) concebe a Filologia como uma disciplina que ultrapassa a mera fixação textual, abrangendo também a interpretação e a contextualização histórico-cultural dos testemunhos escritos. Do mesmo modo, Cambraia (2005) destaca a importância dos procedimentos de edição textual para a preservação e o acesso aos documentos, possibilitando investigações linguísticas e sociais mais consistentes.

Torna-se evidente, então, a versatilidade da fonte analisada, que pode ser usada como base para a história da educação, relevando as práticas educacionais do século XIX, para a construção da biografia do Padre Manoel Joaquim d’Azevedo, para a história administrativa de Cachoeira e para a História social da Guerra da Independência. Essa amplitude de possibilidades investigativas evidencia a expansão do campo de atuação da Filologia, que, diferente de períodos anteriores, não se restringe a abordagens comparatistas e estritamente linguísticas.

3. Decifrando a sociedade oitocentista através do Mapa de alunos

Após compreender o contexto de produção, a motivação e conhecer o sujeito que produziu o Mapa de alunos de 1847, é necessário refletir sobre a materialidade e especificidade documental, tendo em vista que “cada produção textual é resultante da cultura, do tempo e do espaço, permitindo uma mediação multidisciplinar, entre as diversas abordagens filológicas e as abordagens históricas, políticas, culturais, paleográficas, diplomáticas e linguísticas” (GONÇALVES, 2020, p. 77). Para fins de visualização, segue fac-símile de um dos fôlios do manuscrito “Mapa de Alunos”:

Figura 1 - Fac-símile do Mapa de Alunos de 1847 – fôlio ||2r||

Discipulos inscriptos e que frequentam durante o anno de 1846 a Escola Normal de Ensino Mutuo, de q. he Professor o Sr. M. J. J. do Recife, estabelecida na Freg. de Nossa Vir. do Terço da Cidade e Comarca de Cachoeira.

Antônio Portugal, Juiz de Paz

Nº	Nome	Idade	Cor	Nome do Pai	Profissão	Observações
1	Abraão da Costa	7	Pardo	Abraão da Costa	Engenheiro	Entrou em 11 de Maio do anno proximo passado, e até o fim do mesmo teve 7 dias de faltas, e neste anno 15 dias. Ignora sua vocação. He mais apto para Escripta: de boa índole, e aplicado. Principiou nesta Aula. Foi de muda para a Bahia ⁴ com participação em 28 de Setembro d'este anno. Suas faltas forão motivadas. (Maço 3998 – Governo da provincia / Instrução / Mapas de Alunos 1846 – Seção colonial – Fólio 2r)
2	Maria da Costa	11	Parda	José da Costa	Engenheiro	Entrou em 11 de Maio do anno proximo passado, e até o fim do mesmo teve 7 dias de faltas, e neste anno 15 dias. Ignora sua vocação. He mais apto para Escripta: de boa índole, e aplicado. Principiou nesta Aula. Foi de muda para a Bahia ⁴ com participação em 28 de Setembro d'este anno. Suas faltas forão motivadas.
3	Agostinho da Costa	9	Pardo	Agostinho da Costa	Engenheiro	Entrou em 11 de Maio do anno proximo passado, e até o fim do mesmo teve 7 dias de faltas, e neste anno 15 dias. Ignora sua vocação. He mais apto para Escripta: de boa índole, e aplicado. Principiou nesta Aula. Foi de muda para a Bahia ⁴ com participação em 28 de Setembro d'este anno. Suas faltas forão motivadas.
4	Antônio da Costa	10	Pardo	Antônio da Costa	Engenheiro	Entrou em 11 de Maio do anno proximo passado, e até o fim do mesmo teve 7 dias de faltas, e neste anno 15 dias. Ignora sua vocação. He mais apto para Escripta: de boa índole, e aplicado. Principiou nesta Aula. Foi de muda para a Bahia ⁴ com participação em 28 de Setembro d'este anno. Suas faltas forão motivadas.
5	Antônio da Costa	10	Pardo	Antônio da Costa	Engenheiro	Entrou em 11 de Maio do anno proximo passado, e até o fim do mesmo teve 7 dias de faltas, e neste anno 15 dias. Ignora sua vocação. He mais apto para Escripta: de boa índole, e aplicado. Principiou nesta Aula. Foi de muda para a Bahia ⁴ com participação em 28 de Setembro d'este anno. Suas faltas forão motivadas.
6	Antônio da Costa	10	Pardo	Antônio da Costa	Engenheiro	Entrou em 11 de Maio do anno proximo passado, e até o fim do mesmo teve 7 dias de faltas, e neste anno 15 dias. Ignora sua vocação. He mais apto para Escripta: de boa índole, e aplicado. Principiou nesta Aula. Foi de muda para a Bahia ⁴ com participação em 28 de Setembro d'este anno. Suas faltas forão motivadas.
7	Antônio da Costa	10	Pardo	Antônio da Costa	Engenheiro	Entrou em 11 de Maio do anno proximo passado, e até o fim do mesmo teve 7 dias de faltas, e neste anno 15 dias. Ignora sua vocação. He mais apto para Escripta: de boa índole, e aplicado. Principiou nesta Aula. Foi de muda para a Bahia ⁴ com participação em 28 de Setembro d'este anno. Suas faltas forão motivadas.
8	Antônio da Costa	10	Pardo	Antônio da Costa	Engenheiro	Entrou em 11 de Maio do anno proximo passado, e até o fim do mesmo teve 7 dias de faltas, e neste anno 15 dias. Ignora sua vocação. He mais apto para Escripta: de boa índole, e aplicado. Principiou nesta Aula. Foi de muda para a Bahia ⁴ com participação em 28 de Setembro d'este anno. Suas faltas forão motivadas.
9	Antônio da Costa	10	Pardo	Antônio da Costa	Engenheiro	Entrou em 11 de Maio do anno proximo passado, e até o fim do mesmo teve 7 dias de faltas, e neste anno 15 dias. Ignora sua vocação. He mais apto para Escripta: de boa índole, e aplicado. Principiou nesta Aula. Foi de muda para a Bahia ⁴ com participação em 28 de Setembro d'este anno. Suas faltas forão motivadas.
10	Antônio da Costa	10	Pardo	Antônio da Costa	Engenheiro	Entrou em 11 de Maio do anno proximo passado, e até o fim do mesmo teve 7 dias de faltas, e neste anno 15 dias. Ignora sua vocação. He mais apto para Escripta: de boa índole, e aplicado. Principiou nesta Aula. Foi de muda para a Bahia ⁴ com participação em 28 de Setembro d'este anno. Suas faltas forão motivadas.
11	Antônio da Costa	10	Pardo	Antônio da Costa	Engenheiro	Entrou em 11 de Maio do anno proximo passado, e até o fim do mesmo teve 7 dias de faltas, e neste anno 15 dias. Ignora sua vocação. He mais apto para Escripta: de boa índole, e aplicado. Principiou nesta Aula. Foi de muda para a Bahia ⁴ com participação em 28 de Setembro d'este anno. Suas faltas forão motivadas.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Reprodução realizada pelo autor.

A começar, o testemunho tem o registro de noventa e oito alunos em idade escolar. De acordo com as normas da época, esses estudantes tinham entre seis e quinze anos de idade. Conta, também, com dados pessoais dos estudantes como: nome, legitimidade, naturalidade, idade, cor de pele dos estudantes, status de vacinação, nome e profissão dos pais. Os outros dados pertinentes à pesquisa são referentes às informações de cunho pedagógico como: status de desenvolvimento nas disciplinas de leitura, escrita, cálculo, desenho linear, gramática e por fim, observações relacionadas ao desenvolvimento acadêmico e comportamental. Abaixo, há a transcrição das observações pedagógicas descritas pelo professor referente ao discípulo número 1 registrado no Mapa, de sete anos de idade, pardo, filho ilegítimo de um senhor de engenho, como exemplificado a seguir:

Entrou em 11 de Maio do anno próximo passado, e até o fim do mesmo teve 7 dias de faltas, e neste anno 15 dias.

Ignora sua vocação. He mais apto para Escripta: de boa índole, e aplicado. Principiou nesta Aula. Foi de muda para a Bahia⁴ com participação em 28 de Setembro d'este anno. Suas faltas forão motivadas. (Maço 3998 – Governo da provincia / Instrução / Mapas de Alunos 1846 – Seção colonial – Fólio ||2r||)

⁴ "Bahia" nesse contexto, faz referência à capital da provincia, Salvador.

Fatores externos à língua são de grande importância para o desenvolvimento dos estudos sociolinguísticos. Mattos e Silva (2004, p. 102) diz: “sabe-se que os dados demográficos são um fator significativo para compreensão da formação histórica das línguas; só ganham vida, contudo, se deles pudermos apreender a dinâmica das populações que usam essas línguas”. Sendo assim, informações dispostas nos mapas de alunos foram de grande valia para se compreender e analisar os processos educacionais naquela comunidade, identificando, de fato, a população atendida.

Depreende-se, então, que a análise do mapa de alunos transcende a condição de ser uma simples contagem de discípulos, revelando, portanto, um microcosmo da complexidade social e racial que caracterizavam Cachoeira no século XIX, de modo que a escola se apresenta como um reflexo dessa dinâmica estrutural. As categorias que identificam a legitimidade, a cor de pele dos estudantes e profissão dos pais descritas no mapa, servem como marcadores sociais. Ao realizar o cruzamento desses dados, pode-se perceber que há referências consideráveis às profissões como lavrador, pescador, negociante, serralheiro, sapateiro, ou seja, trabalhadores urbanos e rurais pertencentes às camadas mais baixas da pirâmide social, com exceção às menções a funcionário público, oficial de justiça, senhor de engenho, ocupações que já configuram outro tipo de mobilização social. Entretanto, essas crianças ou eram filhos ilegítimos, ou encarregados a tal indivíduo por falecimento dos pais.

No que tange ao aspecto da categoria “localidade” no mapa, ao registrar a origem geográfica do estudante, oferece ao pesquisador pistas sobre a dinâmica populacional da época. Para o filólogo, a interpretação dessas informações no manuscrito exige uma leitura atenta que vai além da decifração toponímica, auxiliando na identificação de fluxos migratórios e na reafirmação da cidade de Cachoeira como um centro irradiador de cultura e instrução. O registro sistemático dessas localidades permite reconstruir a rede de influências da cidade, evidenciando como o Mapa de Alunos funciona como um espelho das movimentações territoriais e das relações geográficas do período, uma vez que nem todos os estudantes eram oriundos de Cachoeira-Ba.

Na seção “observações”, pode-se encontrar, também, informações sobre o deslocamento populacional dos habitantes da região, pois o professor registrava quando um aluno evadia da escola por motivo de mudança, como nota-se no excerto a seguir, referente

ao estudante número 12 registrado no Mapa: “Foi de muda para Moretiba em 9 de outubro d’este anno com participação de seo Pai.” (Maço 3998 – Governo da província / Instrução / Mapas de Alunos 1846 – Seção colonial – Fólio ||3r||).

O marcador social mais latente em relação à questão racial presente no *corpus* é a classificação dos estudantes por “cor”, dada pelo Pe. Manoel Joaquim d’Azevedo. Vale ressaltar que a atribuição é feita pelo olhar do professor e não por autodeclaração do indivíduo, isto é, por uma conscientização identitária, como é feito atualmente. Por essa razão, em mapas de alunos de anos distintos, encontram-se discrepâncias em relação à cor do mesmo aluno. Exemplo, no mapa de 1840 o aluno X é descrito como branco e no mapa de 1842 o mesmo aluno X é descrito como pardo. Ainda assim, esses dados não devem ser desconsiderados, pois são um vislumbre da realidade racial daquele período naquela localidade. Dessarte, é possível mapear o grau de acesso à educação formal por diferentes grupos sociais.

Conforme já exposto, o Mapa de Alunos faz alusão a noventa e oito discípulos, sendo desse total cinquenta e quatro classificados como pardos, vinte e nove brancos, sete cabras⁵, quatro crioulos⁶. Quatro estudantes não puderam ser identificados quanto à sua cor de pele, uma vez que, em virtude da deterioração do suporte do manuscrito, a parte referente a essa informação foi perdida, mas em caráter de contabilização de dados estatísticos, eles serão considerados como “ilegíveis”. Logo, diante desse cenário, o perfil racial dessa aula de ensino elementar público de primeiras letras era composto da seguinte forma: 55,1% eram pardos; 29,6% eram brancos; 7,1% eram cabras; 4,1% crioulos e 4,1% ilegíveis. Entende-se, então, que a população atendida era majoritariamente formada por crianças pardas. A partir do momento em que esses dados são colocados em evidência, reitera-se o papel da filologia também sob uma perspectiva decolonial, conforme se observa no seguinte excerto:

E, em um espaço de disputas de narrativas, reitera-se a contribuição da Filologia na decolonização de saberes e discursos, por meio da recuperação, divulgação e circulação de outras memórias e da preparação de edições criteriosas de textos, em

⁵ “[...] ‘cabra’ era aplicado ao filho de preto e mulato, assim como ‘caful’ designará o filho de preto com índio. O que chama a atenção é o uso do termo ‘mestiço’, significando o ‘que participa de branco, preto e índio’, ou seja, uma categoria que servia como um depósito das muitas misturas, inclusive as de difícil discernimento colonial.” (SANTOS, 2005, p. 119).

⁶ “Sobre ‘crioulo’, Antonio Moraes Silva escreveu que se tratava do escravo que nascia em casa do senhor; significando também o animal, cria, que nascia ‘em nosso poder’”. (SANTOS, 2005, p. 118). Ou seja, negro escravizado nascido em território do Brasil. O termo também podia indicar escravizados de várias etnias, que falavam a língua crioula, geralmente, oriundos da Guiné.

variados suportes, reavaliando a escravização e as ações de luta do povo negro, que podem ser interpretadas como movimentos de resistência. (GONÇALVES, 2025, p. 147)

Associando as informações sobre perfil econômico já discutidas anteriormente, nesse espaço educacional, não eram apenas os brancos e a elite que recebiam educação formal de qualidade naquele período. Os dados não dão evidências de que o acesso à instrução foi fator de mobilidade social, entretanto, por inferência, pode-se conceber que desenvolver as habilidades de leitura e escrita no contexto do século XIX pode ter sido uma ferramenta importante para alcançar outros espaços e adquirir algum ofício que lhes possibilitasse ocupar outros lugares sociais. Para além disso, esse espaço contribuiu para a penetração e difusão da leitura e escrita na sociedade através desses indivíduos.

Continuando a decifrar a sociedade oitocentista a partir das informações presentes no Mapa de Alunos de 1847, dados sobre a vacinação dos estudantes ajudam a compreender o desenvolvimento de medidas sanitárias no Brasil Imperial e como o controle desses registros era importante para a condução das ações de saúde. No século XVIII, a varíola era uma epidemia que assolava a Europa e o Brasil. Entretanto, ainda no início do século XIX, medidas de prevenção começaram a ser implementadas através da vacinação. No âmbito da Bahia, de acordo com Hochman e Souza (2022), na década de 1830, a vacinação esteve restrita a Salvador e a cidades do Recôncavo. Ainda segundo os autores, o Jornal Correio Mercantil revelou que, na província da Bahia, “de janeiro a dezembro de 1837, foram vacinadas 1.207 crianças livres, 1.088 crianças escravas, 303 adultos livres e 2.921 escravos. O total de escravizados vacinados - 4.009 - supera o de livres - 1.510” (HOCHMAN; SOUZA 2022, p. 3434). Percebe-se que ao se tratar de uma situação sanitária grave, que afetava não apenas as classes mais populares, como as mais abastadas também, o governo local aplicou medidas de saúde tanto na população livre, como na população escravizada.

Os dados presentes no mapa de alunos dialogam com as ações públicas apresentadas, uma vez que mostra um índice de vacinação considerável em crianças dessa escola. O padre registrou que dos noventa e oito alunos, que frequentavam as aulas no ano de 1847, setenta e um estavam vacinados, dezoito “teve bexiga⁷ da forte”, o que se presume que não precisavam mais ser vacinados, pois já haviam sobrevivido à doença e o corpo já havia

⁷ termo utilizado para se referir à varíola no século XIX.

produzido anticorpos para evitar contrair uma segunda infecção da doença. Por fim, oito deles ainda não haviam contraído a doença, os registros do professor sugerem que não haviam sido vacinados. Em dados estatísticos, representa-se que nessa turma 73,2% dos alunos eram vacinados, 18,6% já haviam contraído a doença e sobrevivido e 8,2% não foram imunizados, nem contraíram a doença. Dessa maneira, o manuscrito investigado assume um caráter versátil e torna-se uma fonte com dados sobre questões sanitárias do país.

4. Vestígios do português oitocentista

Como evidenciado anteriormente, o filólogo precisa estar sensível às informações que não estão na superfície do texto, fatores extralinguísticos. Mas ele não pode negligenciar os aspectos linguísticos inerentes ao texto, prática que, atrelada aos processos metodológicos da Linguística Histórica, permite realizar uma análise diacrônica, conforme a perspectiva de Mattos e Silva (2004), que entende a diacronia não apenas como a sucessão de termos que se substituem no tempo, mas como um processo complexo e multifacetado, intrinsecamente social e contextualizado, que revela a história da língua em sua interação com diversas línguas e culturas presentes no território. Tal compreensão é reforçada por Bagno (2011), ao defender que toda língua é atravessada por forças de conservação e de inovação, de modo que os processos de mudança coexistem com elementos de permanência, configurando uma perspectiva de diacronia na sincronia.

A título de exemplificação, no corpus do texto será retomada parte da transcrição do manuscrito relacionada às observações descritas pelo Padre Manoel Joaquim d'Azevedo, já apresentada anteriormente, destacando alguns aspectos linguísticos que estavam em voga no período de produção do texto e que se diferem do sistema da língua atual fosse por políticas linguísticas ou por variação grafemática, caracterizada pela instabilidade de formas de representação em um período de relativa autonomia ortográfica (MATTOS E SILVA, 1991) e pelo caráter pseudo-etimológico, pois, de certa maneira, retomavam a origem latina do vocábulo (GONÇALVES, 2018). Sob essa perspectiva, as políticas linguísticas, segundo Calvet (2007), refletem as intervenções institucionais e normativas que, ao longo do tempo, impuseram reformas ortográficas e padrões de redação oficial, exercendo impacto sobre sistema linguístico que é utilizado no século XXI.

Segue análise de informação registrada na coluna “Observações”, que integra o fac-símile do manuscrito "Mapa de Alunos":

Entrou em 11 de Maio do **anno próximo passado**, e até o fim do mesmo teve 7 dias de faltas, e neste **anno** 15 dias.

Ignoro sua vocação. **He** mais apto para **Escripta**: de **bôa** índole, e aplicado. Principiou nesta Aula. Foi de muda para a Bahia⁸ com participação em 28 de Setembro **d'este** anno. Suas faltas **forão** motivadas. (Maço 3998 – Governo da província / Instrução / Mapas de Alunos 1846 – Seção colonial – Fólio ||2r||. **Grifo nosso**.)

Para fim de amostragem e análise, foram examinados alguns aspectos da ortografia, da acentuação e do campo léxico-semântico presentes no recorte acima. As observações baseiam-se no contraste entre a tendência linguística oitocentista, registrada no manuscrito, e o sistema linguístico contemporâneo do século XXI. Dessa maneira, descrevendo não apenas variações grafemáticas, mas resgatando, também, a “presença” dos sujeitos históricos através das marcas deixadas no suporte documental.

No quadro apresentado, abaixo, há algumas lexias que sofreram modificações no âmbito ortográfico e de acentuação.

Quadro 1 – Algumas diferenças grafemáticas registradas no Mapa de Alunos de 1847 no fólio ||2r||

Vocábulo	Aspectos grafemáticos
anno	Simplificação da consoante geminada. Anno > ano
He	O “h” deixa de ser usado na 3ª pessoa do singular da conjugação do verbo “ser” no presente do indicativo, no passado, tendo o acréscimo do acento agudo para marcar a vogal aberta tônica. He > é
escripta	No passado mantinha-se o “p” como herança da origem latina, porém, a consoante oclusiva não pronunciada foi removida da palavra. Escripta > escrita .
Bôa	No passado, acento circunflexo era usado para marcar o hiato, sendo removido na norma vigente. Bôa > boa
d'este	O apóstrofo era usado para indicar a contração de “de + este”. Agora, a contração é feita de forma aglutinada. D'este > deste .
forão	A desinência “-ão” era usada para a terceira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo dos verbos “ser/ir”. Atualmente, a desinência “-am” tornou-se a forma padrão do pretérito perfeito, enquanto “-ão” fixou-se para o futuro do presente. Forão > foram .

Fonte: Quadro produzido pelos autores.

⁸ "Bahia" nesse contexto, faz referência à capital da província, Salvador.

Ao observar o aspecto lexical e semântico, a expressão “anno próximo passado” cujo significado é o que passou recentemente, o ano anterior ao vigente, ou seja, ano passado. Entende-se, então, que tal expressão tornou-se um arcaísmo e entrou em desuso nas mais diversas realidades linguísticas do português no Brasil, processo sociocognitivo que Bagno (2011) descreve como substituição natural de formas que perdem espaço na dinâmica social da língua, que se adapta às novas realidades socioculturais de seus falantes. Em outras palavras, diacronicamente, observa-se a substituição de uma construção perifrástica pela forma simplificada “ano passado”, consolidando um processo de economia linguística.

É notável também a expressão “foi de muda para”. Pelo contexto formal de produção do manuscrito, uma vez que era destinado ao presidente da província, cargo equivalente ao governador, atualmente, pode-se perceber que “ir de muda” era uma tendência linguística na época. Tal expressão na forma de construção analítica (verbo + preposição + substantivo) caiu em desuso, sendo substituída por uma construção sintética (verbo pronominal) “mudou-se⁹”, nos dias atuais. Essa transição entre modelos de construção reflete, segundo Perini (2010), a reestruturação gramatical do português do Brasil, que tende a estabilizar formas mais sintéticas em contexto de uso formal contemporâneo.

5. Considerações

A análise do Mapa de alunos de 1847 da cidade de Cachoeira evidencia a heterogeneidade étnico-racial dos discentes que frequentavam a aula de Ensino Mútuo do Padre Manoel Joaquim d’Azevedo. A prevalência de alunos pardos (54), seguida de brancos (29), cabras (7) e crioulos (4), além de quatro registros ilegíveis, revela que o espaço escolar era ocupado por sujeitos de origens sociais diversas, ainda que dentro de um contexto marcado por hierarquias raciais e sociais.

Outro aspecto relevante observado no documento refere-se à vacinação dos estudantes, que aparece detalhada no mapa. A inclusão dessa informação em um registro escolar aponta para a intersecção entre práticas administrativas, sanitárias e educativas, sugerindo que a escola era também um espaço de controle social e de monitoramento de políticas públicas de saúde. Assim, o documento cumpre funções que extrapolam a dimensão pedagógica, evidenciando o entrelaçamento entre instrução, questões sanitárias e gestão

⁹ Apesar de haver mudança sintática, optou-se por classificar a locução primariamente como léxico-semântica, pois a principal diferença é de ordem lexical, uma vez que a mudança sintática é uma consequência da escolha lexical, porque a língua (falantes) optou por um item lexical diferente para expressar a ideia.

populacional no período, que corrobora o movimento do processo civilizatório em voga na época.

Em termos de alfabetização e difusão da cultura escrita, o recorte aqui estudado sugere que, embora houvesse acesso de diferentes grupos sociais à instrução, esse acesso era permeado por desigualdades e condicionamentos históricos. Os mapas permitem, assim, vislumbrar o processo de aquisição da leitura e da escrita como um fenômeno inserido nas dinâmicas sociais do século XIX, revelando tanto avanços no campo educacional quanto limites impostos por um contexto marcado por profundas distinções sociais e raciais.

A análise filológica reverbera de forma indispensável na recuperação dos vestígios da educação popular, funcionando como lente necessária para enxergar, nas entrelinhas do Mapa de Alunos, os sujeitos e as práticas do século XIX. A intervenção do filólogo sobre o manuscrito não apenas preserva e analisa a memória documental, mas reconstrói o cenário em que a instrução pública se materializava, conferindo visibilidade histórica a uma camada da população cujos rastros educacionais dependem da precisão dessa leitura crítica.

Em suma, o estudo do Método do Ensino Mútuo e das práticas educacionais no Brasil do século XIX oferece uma janela para compreender não apenas a história da educação, mas também as dinâmicas sociais, raciais e linguísticas que moldaram a sociedade brasileira. Tais reflexões históricas continuam relevantes para entender os desafios educacionais contemporâneos e para implementar políticas que visem a uma educação mais inclusiva e equitativa.

O estudo das práticas educacionais do Pe. Manoel Joaquim d'Azevedo em Cachoeira-Ba no século XIX oferece uma oportunidade para compreender a complexa relação entre raça, classe e educação na sociedade brasileira oitocentista. Ele mostra como, ainda que em condições adversas e com recursos limitados, a população negra e parda buscava o conhecimento e a educação como ferramentas de emancipação e afirmação social. Essa história desafia pesquisadores atuais a continuar lutando por uma educação verdadeiramente equitativa e inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade de experiências e saberes de todos os brasileiros. É nessa conjuntura que se confirma o papel da filologia como prática de presença, pois é a partir do trabalho do filólogo que o documento é “ativado”, transformando-o em testemunho vivo e complexo de uma realidade histórica.

Referências

- APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia (Salvador). Seção de Arquivo Colonial e Provincial. *Correspondência recebida da Câmara de Cachoeira*. Maço 1269. [1830]. 1 maço. Acesso em: 5 jun. 2026.
- APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia (Salvador). Seção de Arquivo Colonial e Provincial. *Mapas de Alunos*. Maço 3998. 1846. 1 maço. Acesso em: 5 jun. 2026.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BRASIL. [Lei de 15 de outubro de 1827]. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Rio de Janeiro, [1827]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 10 fev. 2026.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CASTILLO GÓMEZ, A. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 5, 2003.
- GALVÃO, A. M. de O. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, M.; CARVALHO, G. T. (orgs.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 218-243.
- GONÇALVES, E. C. B. A Filologia e o estudo de Requerimentos do Arquivo Histórico Ultramarino. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [S. l.], v. 22, n. Especial, p. 75-92, 2020. DOI: 10.11606/issn.2176-9419.v22iEspecialp75-92. Disponível em: <https://revistas.usp.br/flp/article/view/166321>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- GONÇALVES, E. C. B. Edição de textos sobre a escravização e a resistência negra. In: GONÇALVES, E. C. B. (org.). *Filologia e História: perspectivas dialógicas e contemporâneas*. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2025. p. 143-170. URI: [doi.org/10.62665/cried-978-85-8413-605-6](https://editoracriacao.com.br/filologia-e-historia-perspectivas-dialogicas-e-contemporaneas/). Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/filologia-e-historia-perspectivas-dialogicas-e-contemporaneas/>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- GONÇALVES, E. C. B. Leitura crítico-filológica de Resolução de 1822: revoltas, vigilância, violência e punição na Bahia do século XIX. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 153-174, ago./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v20i2p153-174>. Acesso em: 20 mar. 2026.
- GONÇALVES, E. C. B. Léxico e história: lutas e contextos de violência em documentos da Capitania da Bahia. *Revista da ABRALIN*, v. 16, n. 2, p. 191-218, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rabl.v16i2.52006>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- GUMBRECHT, H. U. *Os poderes da filologia: dinâmica de conhecimento textual*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

- HOCHMAN, G.; SOUZA, C. M. C. Vacina e vacinação antivariólica na Bahia oitocentista. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 9, p. 3429-3440, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022279.05082022>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- MAIA, C. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, T. et al. (orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.
- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto; Salvador: EDUFBA, 1991.
- PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- PETRUCCI, A. *La Ciencia da la Escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.
- PETRUCCI, A. Storia della scrittura e della sociedade. *Alfabetismo e cultura escrita*, nova serie, n. 2, p. 47, 1989.
- SANTOS, E. N. *Ensino mútuo na Província da Bahia no século XIX (1821–1859): o que revelam os documentos oficiais?* 2019. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/41893>. Acesso em: 4 jun. 2026.
- SANTOS, J. T. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, n. 32, p. 115-137, 2005.
- SARAZIN, M. *Manual das Escolas Elementares D'Ensino Mútuo*. Tradução de João Alves Portella. Bahia: Typ. De A. O. da França Guerra e Comp., 1856. 118 p.
- SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- SPINA, S. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. São Paulo: Ars Poetica; EDUSP, 1994.
- STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. II: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- TOLEDO NETO, S. A. (org.). *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.
- TOLEDO NETO, S. A. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas*, São Cristóvão, v. 10, n. 20, p. 192-208, 2020. DOI: 10.51951/ti.v10i20. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/13959>. Acesso em: 4 jun. 2026.
- VIDAL, D. G. Mapas de frequência a escolas de primeiras letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 8, n. 2 [17], p. 41-67, 2012.